

CONTRATO REF.ª N.º 11_GPENAPOR_2022

CONTRATO DE FORNECIMENTO/MONTAGEM

Entre;

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Código Postal N.º 82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 121916391 e pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo respetivamente, no uso de competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada por **Primeira Outorgante**.

E

CONSTRUÇÕES METÁLICAS DE CABO VERDE LDA, com sede na ilha de São Vicente, em Ribeira de Julião, Detentora do Capital Social de 10.000.000\$00 (dez milhões de escudos), matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Mindelo sob o N.º 250340062/120010622, Contribuinte n.º 250340062, titular do alvará de construção n.º 232, legitimamente representada neste ato pelo Sócio Gerente Sr. **Carlos Alberto Monteiro Santos**, casado, portador do BI n.º 166936, titular do NIF: 116693657 no uso de competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada **Segunda Outorgante**.

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Fornecimento/Montagem que se rege pelas seguintes cláusulas:

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago - Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. António - Tel: (+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TERRAFAL - Vila do Terrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax: (+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.

Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu o Concurso Restrito (N.º 01_GPEnapor_2022) com vista ao fornecimento/montagem de um corrimão, guarda-corpo da escada de acesso ao edifício da mão de obra portuária do Porto Grande.
- b) A minuta do contrato de fornecimento/montagem foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;
- c) O júri do procedimento deliberou, por unanimidade, no dia 03 de março de dois mil e vinte e dois, propor a adjudicação do contrato à proposta apresentada pela empresa Construções Metálicas de Cabo Verde LDA pondo assim termo ao Concurso Restrito N.º 01_GPEnapor_2022.

Cláusula 1.ª
(Objeto)

- 1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento/montagem de um corrimão, guarda-corpo da escada de acesso ao edifício da mão de obra portuária do Porto Grande, **conforme consta da proposta com a referência nº 37/2022 de 24 de fevereiro e Anexo I do presente contrato.**
- 2. O presente contrato é composto pelo respetivo clausulado e pelos seus anexos que englobam os seguintes elementos:
 - a) os esclarecimentos e as retificações aos documentos do procedimento;
 - b) o Caderno de Encargos;
 - c) a proposta adjudicada; e
 - d) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada, prestados pela Segunda Outorgante.
- 3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.



Clausula 2.^a
(Regime)

1. O preço a pagar é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.
2. A Segunda Outorgante compromete-se a fornecer/montar o corrimão, guarda-corpo da escada de acesso ao edifício da mão de obra portuária do Porto Grande, pelo valor abaixo indicado na cláusula 3, sem direito a revisão de preços.

Cláusula 3.^a
(Preço Contratual)

1. O preço contratual pelo fornecimento/montagem do corrimão, guarda-corpo da escada de acesso ao edifício da mão de obra portuária do Porto Grande é de **751.797\$00** (Setecentos e cinquenta e um mil setecentos e noventa e sete escudos), ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.^a
(Faturação e Condições de Pagamento)

1. O fornecimento/montagem será faturado nos seguintes:
 - a) **30% de adiantamento**, equivalente a 225.539\$00 (duzentos e vinte e cinco mil e quinhentos e trinta e nove escudos) ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor;
 - b) **70% com autos de entrega**, equivalente a 526.258\$00 (quinhentos e vinte e seis mil e duzentos e cinquenta e oito escudos) ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor;
2. A Segunda Outorgante emitirá a(s) fatura(s) em nome da Primeira Outorgante, sendo esta(s) enviada(s) para ENAPOR, SA, Administração Central, Rua Avenida Marginal, CP. Nº 82 – S. Vicente.
3. Os pagamentos serão efetuados no prazo de 10 (dez) dias contados da receção das faturas.



4. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para conta da Segunda Outorgante.
5. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, a Primeira Outorgante deverá comunicar este facto à Segunda Outorgante, por escrito, e no prazo de 05 (cinco) dias após receção da respetiva fatura, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários.

Cláusula 5.^a
(Prazo e Local de Entrega)

1. A Segunda Outorgante obriga-se a fornecer/montar o corrimão, guarda-corpo da escada de acesso ao edifício da mão de obra portuária do Porto Grande, nas instalações do Porto no prazo de **20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato.**

Cláusula 6.^a
(Responsabilidades da Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante garante que o corrimão, guarda-corpo da escada de acesso ao edifício da mão de obra portuária do Porto Grande, será fornecido/montado nos termos da respetiva proposta adjudicada e em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos, de modo adequado à realidade e particularidades dos fins a que se destinam.
2. Em caso de incumprimento a Segunda Outorgante, responderá perante a Primeira Outorgante nos termos gerais do direito.
3. A Segunda Outorgante responderá pelos atos ou omissões dos seus trabalhadores ou prestadores de serviços pontualmente contratados, nomeadamente em questões de disciplina, furto ou qualquer acção que ponha em risco os interesses e direitos da Primeira Outorgante.
4. Sempre que ocorram situações do tipo das mencionadas no número anterior, a Segunda Outorgante obriga-se a reparar os danos por sua conta e responsabilidade ou a indemnizar a Primeira Outorgante pelos prejuízos causados.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Segunda Outorgante é responsável, perante a Primeira Outorgante, por qualquer indemnização que esta tenha de pagar a terceiros, e por quaisquer pedidos, processos, danos,

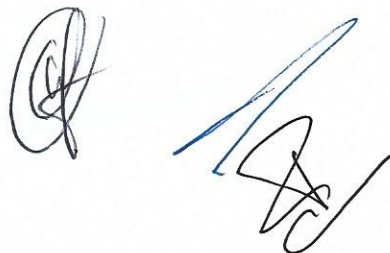


custos, perdas e despesas em que a Primeira Outorgante incorra, na medida em que resultem de fatos imputáveis à Segunda Outorgante ou a entidades a si vinculadas.

6. O não cumprimento voluntário do disposto no ponto anterior, faz a Segunda Outorgante incorrer na obrigação de reparar os danos causados, debitando os seus custos, podendo, para o efeito, efectuar a dedução nos pagamentos à Segunda Outorgante.

Cláusula 7.^a
(Obrigações Principais da Segunda Outorgante)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente contrato, constituem obrigações da Segunda Outorgante, as seguintes:
- a) respeitar e cumprir toda a legislação que lhe seja aplicável;
 - b) comunicar de imediato à Primeira Outorgante quaisquer divergências de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
 - c) informar de imediato a Primeira Outorgante de quaisquer fatos ilícitos de que tenha conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
 - d) responder perante qualquer incidente ou reclamação colocados pela Primeira Outorgante, relativamente ao fornecimento/montagem no prazo máximo de 3 (três) dias;
 - e) proceder ao pagamento de quaisquer contribuições fiscais, impostos e taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes relativos à execução do contrato;
 - f) realizar todas as diligências necessárias ou convenientes à obtenção de quaisquer licenças de exportação e importação quando exigidas;
 - g) assegurar a continuidade do fabrico e/ou do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integrem o bem a fornecer pelo seu prazo estimado de vida útil;
 - h) garantir assistência técnica, durante o período de garantia, sem quaisquer encargos para a Primeira Outorgante;



- i) garantir assistência técnica após o citado período de garantia, caso for solicitada pela Primeira Outorgante.

Clausula 8.^a
(Responsabilidades da Primeira Outorgante)

1. Para além de outras atribuídas pela lei ou pelo presente contrato, são responsabilidades da Primeira Outorgante:
 - a) Facultar aos técnicos que integram a equipa de trabalho da Segunda Outorgante o acesso às suas instalações no período laboral e de forma ininterrupta;
 - b) Pontos de **energia elétrica e água** nos locais onde serão executados os trabalhos;
 - c) Disponibilização de **uma grua e um operador**. A disponibilização da grua deverá ser concertada pelas partes, para que não ocorra constrangimentos ao nível das operações portuárias.

Cláusula 9.^a
(Força Maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior, devem ser imediatamente comunicadas à outra parte;



Cláusula 10.^a
(Dever de boa execução)

1. A Segunda Outorgante fica sujeita, no que diz respeito à execução do presente contrato, às exigências legais e normativas do setor aplicáveis às matérias objeto do contrato.
2. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicável à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e da regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Cláusula 11.^a
(Multa por violação do prazo de Entrega)

1. Em caso de incumprimento imputável a Segunda Outorgante, ou a terceiros por si contratados no âmbito da execução do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nas seguintes situações:
 - 1.1. atraso no fornecimento/montagem do corrimão, guarda-corpo da escada de acesso ao edifício da mão de obra portuária do Porto Grande;
 - 1.2. A penalidade a aplicar consiste numa multa, e apenas se se verificar a situação referida no ponto 1.1.
2. O valor da multa é calculado da seguinte forma:
 - a) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 30 (trinta) dias;
 - b) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;
2. Não pode ser imposta à Segunda Outorgante a multa estabelecida no número anterior da presente cláusula, nem é havido como incumprimento do prazo, se tal incumprimento resultar de caso de força maior, de acordo com o estabelecido na Cláusula 9.^a



Cláusula 12.^a
(Inspeção)

1. Uma vez concluído o processo de fornecimento/montagem do corrimão, guarda-corpo da escada de acesso ao edifício da mão de obra portuária do Porto Grande, a Primeira Outorgante procederá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a uma inspeção qualitativa da mesma, com vista a verificar se reúne as características, especificações e requisitos técnicos, bem como dos demais requisitos legais aplicáveis.
2. Durante a fase de inspeção a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante toda a cooperação e os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização do mesmo por técnicos que considere devidamente credenciados para o efeito.
3. Os encargos com a realização da inspeção que advenham para a Segunda Outorgante, nomeadamente, os custos de deslocação e de recurso a mão-de-obra especializada, serão por esta exclusivamente suportados.

Cláusula 13.^a
(Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades)

1. Após a realização da inspeção referida na cláusula anterior e, caso se comprove a inoperacionalidade, desconformidade com as exigências legais ou a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos identificados, a Primeira Outorgante deverá disso informar, por escrito, a Segunda Outorgante.
2. No caso previsto no número anterior a Segunda Outorgante deverá proceder, por sua conta e risco, à respetiva reparação ou substituição do(s) Item(ns), no prazo de 10 (dez) dias, ficando exclusivamente a cargo da mesma quaisquer custos que advenham ou possam advir da referida reparação e/ou substituição.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pela Segunda Outorgante, no prazo respetivo, a Primeira Outorgante procederá a nova inspeção, nos termos constantes da cláusula anterior.



Cláusula 14.^a
(Aceitação)

1. Caso se venha a verificar a total operacionalidade no decurso das inspeções referidas nas cláusulas anteriores, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na proposta apresentada pela Segunda Outorgante, **deve ser emitido um auto de receção**, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do final da inspeção, assinado pela Primeira Outorgante.
2. Mediante a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade para a Primeira Outorgante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Segunda Outorgante.

Cláusula 15.^a
(Garantia)

1. Com a assinatura do auto de receção a Segunda Outorgante assume, sem qualquer encargo para a Primeira Outorgante, a garantia contra defeitos de **confeção (fabrico) de 6 (seis) meses**.
2. O prazo de garantia referido no número anterior conta-se a partir da data da assinatura do auto de receção.
3. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de uma utilização imprópria ou de negligência por parte da Primeira Outorgante, bem como todos os defeitos resultantes da ação de terceiros e de casos de força maior.
4. Em caso de anomalia detctada no objecto do fornecimento, a Segunda Outorgante compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito de indemnização dos honorários devidos, se a anomalia resultar de fato não imputável à Segunda Outorgante.



Cláusula 16.^a
(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais da por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:

- (a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
- (b) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de instruções emitidas pela Primeira Outorgante em matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- (c) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no presente contrato, desde que a exigência pela Segunda Outorgante da manutenção das obrigações assumidas pela Primeira Outorgante contrarie o princípio da boa-fé;
- (d) Incumprimento, pela Segunda Outorgante, de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

Cláusula 17.^a
(Efeitos da resolução)

- 1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante por fato imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
- 2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 60 (sessenta) dias após a notificação para esse efeito.
- 3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 18.^a
(Resolução de Diferendos)

- 1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.



2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o diferendo ou litígio será dirimido pelo foro da Comarca de S. Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.

Cláusula 19.^a
(Lei aplicável)

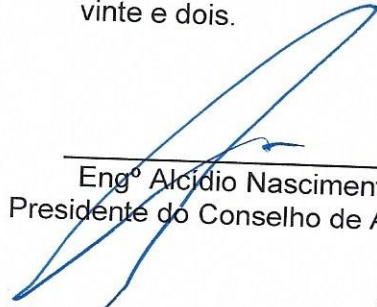
O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código Civil e o Código da Contratação Pública.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

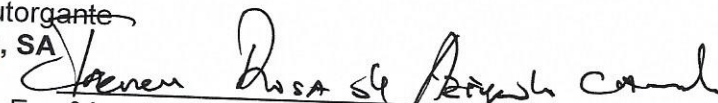
Este Contrato, constituído por 12 (doze) páginas, é feito em 2 (Duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e dele fazem parte integrantes o **Anexo I** identificados na Cláusula 1.^a, que são rubricados pelas partes.

Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 16.º dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois.



A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA
Enapor
Portos de Cabo Verde
Eng.º Alcídio Nascimento Lopes
Presidente do Conselho de Administração



Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Administrador Executivo

A Segunda Outorgante
CONSTRUÇÕES METÁLICAS DE CABO VERDE LDA
NIF: 250 340 062
Sr. Carlos Alberto Monteiro Santos
Sócio Gerente

ANEXO I

CLIENTE: ENAPOR

TIPO DE OBRA: SERRALHARIAS DIVERSAS

LOCAL DA OBRA: MINDELO - SÃO VICENTE

Folha N.º 1/1

Orç. N.º 37/2022

Data: 24/02/2022

POS	DESCRIÇÃO	UN	QT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Execução de Corrimão/ Guarda Corpo da escada de acesso ao refeitório e balneário MOP				
1.1	Execução fornecimento e assentamento de corrimão e guardas em aço galvanizado, com perfis verticais de 50x50mm de espessura, perfis intermedios de 30x30mm de espessura, incluindo parafuso de fixação com bucha metálica, bas de fixação em aço galvanizado 110x110x5mm, lacado em tinta esmalde na mesma cor da escada e com todos os trabalhos e acessórios complementares para a sua execução conforme pormenores do projecto execução, de acordo com as indicações fornecidas pelo cliente.				
	Tubular 50x50mm	ml	115,00	2 709,00	311 535,00
	Tubular 30x30mm	ml	119,00	3 217,00	382 823,00
2	Carpintaria				
2.1	Capiamento do corrimão em madeira mogno maciça, com 35x60mm com arestas quebradas, com tratamento contra as ações á que será sujeita, em verniz do tipo 40-090 ÓLEO DE TECA, da marca Wodtec da CIN ou equivalente. de acordo com as indicações fornecidas pelo cliente.	ml	36,82	1 560,00	57 439,00
TOTAL SEM IVA				751 797,00
15% IVA				112 770,00
TOTAL COM IVA				864 567,00

